

A TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudio Pedrosa Nunes (*)

I - Introdução

Hodiernamente, renomados juristas e legisladores buscam descobrir novos mecanismos jurídicos para solução dos conflitos de interesses sem a intervenção do Estado, por seu poder jurisdicional, ao que muito se tem ventilado a respeito da mediação e arbitragem, cujo escopo primordial demanda a criação de uma espécie de Justiça Privada.

Nesse contexto, procuremos, em breve enfoque, demonstrar a importância da transação extrajudicial como possível outra modalidade de composição de litígios, oriunda de fonte autônoma do Direito, sem querer intentar tal enfoque como contribuição àquela busca, já que nossos limitados conhecimentos não nos autorizam a tanto.

Para isso, trataremos de aclarar, sucintamente, a definição, natureza jurídica e regime legal da transação, atentando-se para aquela espécie ultimada sem a intervenção da Jurisdição.

II - O Instituto da Transação - Conceito, Natureza Jurídica, Disciplinamento Legal e Espécies

Conceitua-se transação como o ajuste de vontades através do qual as partes envolvidas em relação obrigacional previnem ou terminam determinado litígio, mediante concessões recíprocas, ante a dúvida quanto a procedência do respectivo direito. Pressupõe, pois, a existência de dúvida sobre a relação jurídica, por meio da qual as partes renunciam a determinados direitos.

Outrossim, trata-se inequivocamente de forma legal de extinção de obrigações, relacionada ao pagamento, conforme provenha do respectivo adimplemento ou execução. Esta sua natureza jurídica.

Doutra banda, a regência legal do instituto lastreia-se no Título II, do Livro III, do Código Civil, e, mais especificamente, dos artigos 1.025 "usque" 1.036 daquele mesmo diploma legal.

**(*) - Cláudio Pedrosa Nunes é Juiz do
Trabalho Substituto do TRT da 13ª Região
(PB)**

Segue-se que a transação comporta duas espécies fundamentais: a judicial e a extrajudicial, conforme haja ou não ação em juízo, consoante hermenêutica dos artigos 1.028 e 1.029 do Código Civil.

Interessa-nos mais detidamente o regime legal da transação extrajudicial, ao que nos esquivamos de tecer maiores considerações à transação judicial, equivalente, no Processo do Trabalho, ao acordo a que aludem os artigos 831, parágrafo único, e 847, parágrafos 1º e 2º, da Consolidação Trabalhista, além das alterações introduzidas pela Lei nº. 9.022/95.

A transação extrajudicial objetiva precipuamente prevenir um litígio, devendo ser ultimada antes de iniciada a demanda judicial. Poderá operar-se por escritura pública ou particular, conforme o objeto seja imóvel ou direito em que tal escritura pública for da essência do ato, ou, se não for este o caso, através de mera escritura particular, consoante bem dilucida a melhor doutrina, a exemplo de Antônio José de Souza Levenhagem, em seu excelente "Código Civil - Comentários Didáticos".

Feitas estas distinções, observa-se que a lei substantiva civil previu a transação extrajudicial como forma de se compor querelas individualmente, prescindindo do aparato judicial e conferindo aos contratantes instrumento particular capaz de extinguir a correspectiva obrigação. Nessa ordem, a mesma citada lei (artigo 1.030) conferiu à transação, seja judicial ou extrajudicial - ante a ausência de tratamento diferenciado nesse sentido - os efeitos absolutos de coisa julgada.

Assim, inobstante não se trate propriamente de sentença, a transação extrajudicial alcança o mesmo desiderato desta com respeito à determinação de direitos e dissolução de obrigações.

Ultimada, pois, a transação extrajudicial, finda definitivamente estará a controvérsia.

III - Arguição e Prova de Transação Extrajudicial no Processo do Trabalho

Transportando as proposições anteditas para a seara do Processo do Trabalho, há-se de esclarecer inicialmente a inteira aplicabilidade do instituto da transação extrajudicial a este ramo do Direito Processual. Isto porque além da inexistência de incompatibilidade - já que a conciliabilidade constitui princípio fundamental do feito laboral - tal se acha expressamente autorizado pelo artigo 8º, parágrafo único, da Consolidação Trabalhista.

Assim, alegado e provado (mediante instrumento escrito - artigo 1.028 do Código Civil) o acordo extrajudicial, envolvendo este todo o objeto do processo atinente a direitos patrimoniais e disponíveis, haverá forçosamente o Juiz do Trabalho de declarar extinta a obrigação pertinente, julgando improcedente a Reclamação.

Somente na ocorrência dos defeitos do ato jurídico (artigo 147 do Código Civil), com a devida alegação da parte, cujo ônus da prova lhe pertence (artigo 818, consolidacional, e artigo 333, I, cepecista) é que deverá o Juiz declarar a respectiva invalidade, não produzindo os seus efeitos legais e regulares. Obviamente que, em ocorrendo nulidade absoluta (artigo 145, Código Civil), a injuridicidade do ajuste requer imediato reconhecimento.

Importa registrar, entretanto, que mesmo quando se trate de transação concretizada no bojo de termo de rescisão contratual, extinta estará a obrigação laborativa, haja vista inexistir alteração de sua natureza jurídica. Assim,

não há de se perquirir, no exemplo dado, do implemento dos requisitos do artigo 477 e parágrafos da Consolidação, conquanto houvera concessões recíprocas amparadas por lei e com força de coisa julgada. Dispensa, dessarte, o crivo sindical homologatório alusivo a tempo contratual superior a ano, conquanto tal ato (homologação de rescisão contratual) não se insere no substrato da transação, já que o Sindicato não figura como parte. Além disso, não se trata de ato jurídico com nobreza de coisa julgada.

Daí porque, concluído o ajuste extrajudicial, não haverá amparo legal para ajuizamento de demanda trabalhista perseguindo os títulos objeto da transação extrajudicial, sob o argumento de que referido ajuste não obteve a homologação sindical.

No dizer autorizado de Alexandre Agra Belmonte (in "Instituições Cíveis no Direito do Trabalho", Editora Renovar, 1994), a transação é indivisível, não admitindo fracionamento: ela leva a renúncias recíprocas e não admite a invalidação apenas da renúncia de uma das partes.

IV - Síntese

Concluimos, destarte, que a transação extrajudicial, conquanto instituto regulado unicamente pelo Direito Civil, produz seus efeitos regulares no Processo do Trabalho, possuindo o condão de ensejar a extinção de obrigações trabalhistas do empregador, ainda que o ajuste tenha sido ultimado no bojo de instrumento resilitivo e inobservadas as regras do artigo 477 e parágrafos do Estatuto Obreiro.

Por outro lado, a transação extrajudicial figura indubitavelmente, a nosso entender, como mecanismo posto à disposição dos cidadãos, por lei, para solução de querelas obrigacionais sem necessidade de provocação do poder jurisdicional do Estado, razão pela qual deverá ser tratada com a devida atenção que merece no contexto da processualística do trabalho.